



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

ATA DE REUNIÃO - II REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA - RAE

Data:	15/04/2013	Início:	11h	Término:	11h55
Local:	Sala de Reunião da Presidência			Redator:	Camila Melo

Participantes
01. Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa – Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
02. Desembargador Yêdo Simões de Oliveira – Corregedor-Geral de Justiça
03. Dra. Rebeca Mendonça de Lima – Juíza Titular do Juizado da Infância e Juventude Cível
04. Álvaro Marcelo Corado – Divulgação
05. Camila Morato de Melo – DVPGE
06. Eduardo Martins de Souza – Divisão de Orçamento
07. Elciney de Almeida Vasques – DVPGE
08. Ellen Claudine Reis da Silva – Juizado da Infância e Juventude Cível
09. Genésio Vitalino da Silva Neto – Secretário-Geral de Administração
10. Gisele dos Santos Costa – DVPGE
11. Giselle Campello da Conceição – Divulgação
12. Heloísa Guimarães de Andrade – Juizado da Infância e Juventude Cível
13. Ingrid Silva Rebelo – DVPGE
14. Jussara A. da Silva Cavalcante – DVPGE
14. Luiz Francisco Belém Costa – DVPGE



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

15. Maria Cristina de Paiva Mattos – EASTJAM
16. Nabiha Monassa Abinader da Rocha – DVPGE
17. Thiago Facundo de Magalhães Franco – Tecnologia da Informação
18. Sírío Góes Vasconcelos – DVPGE
19. Willen Gomes de Sales – DVPGE

PAUTA

Nº	Descrição
01.	METAS 2013. Coordenador da Comissão: Desembargador Yêdo Simões de Oliveira. Apresentação das Metas 2013 e o cenário atual de produtividade em relação à Meta 01;
02.	Projeto de Eficiência Operacional – Mutirão. Patrocinador: Desembargador Yêdo Simões de Oliveira. Gestor: Thiago Facundo de Magalhães Franco. Objetivos: Instituição de mutirão nas unidades judiciais;
03.	Projeto de Absenteísmo. Patrocinador: Genésio Vitalino da Silva Neto. Gestor: Marcos Velludo Bernardes. Objetivos: Implementar ações que culminem na redução do índice de absenteísmo;
04.	Planos de Ação do Juizado da Infância e Juventude Cível: Patrocinador, gestor e objetivos serão apresentados na RAE para aprovação;
05.	Sistema.
06.	Comissões.

RELATO DA REUNIÃO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa declara aberta a II Reunião de Análise Estratégica – RAE, passando a palavra à Diretora de Planejamento e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

Gestão Estratégica, Nabiha Monassa Abinader da Rocha. A Diretora da Divisão elucida que a presente reunião é recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ – para todos os Tribunais no âmbito do planejamento. Esclarece, ainda, que esta II RAE é realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas de forma a dar cumprimento ao estabelecido pelo próprio Conselho, fazendo uma análise do 1º trimestre de 2013.

A Diretora faz várias colocações: a primeira é de que o Comitê sofreu uma alteração em sua composição, incluindo o Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador Yêdo Simões de Oliveira, e excluindo os Desembargadores-Coordenadores das Varas. Portanto, o Comitê fica formado pelo Desembargador-Presidente, Corregedor-Geral, Secretário-Geral de Administração, Diretora de Planejamento e Gestão Estratégica e Diretor de Orçamento e Finanças, todos com poder de voto para alteração dos projetos em andamento no TJAM e que dão cumprimento às metas estabelecidas no Plano Estratégico.

A Diretora do Planejamento Estratégico informa que será encaminhada ao Desembargador Ari Moutinho uma proposta de alteração da Resolução, instituidora do Plano Estratégico, para que seja mais flexível na inclusão dos novos projetos, e exemplifica a situação com os projetos do Juizado da Infância e da Juventude que ainda não estão no Plano, mas que já são executados há anos.

Informa, ainda, que os projetos do Escritório da Qualidade e a reestruturação do PETIC serão apresentados em reunião extraordinária.

Em seguida, passa à apresentação das Metas estabelecidas pelo CNJ, explicando a que cada uma se refere, ressaltando que a Meta 3 está totalmente cumprida e que até o final do ano a Meta 4 deverá ser cumprida. Apresenta, ainda, um relatório da produtividade dos magistrados em 1º e 2º graus, apontando que o índice geral é preocupante, pois o Tribunal está com 69% de produtividade, e ressalta que na reunião realizada em janeiro com os magistrados, os membros da “Comissão Destinada a Dar Cumprimento à Meta nº 02 de 2009, à Meta nº 02 de 2010 e às Metas Nacionais do Ano de 2012 e 2013” comprometeram-se em divulgar a produtividade mensal e tem esclarecido várias dúvidas sobre as classes processuais definidas pelo Conselho, sugerindo aos juízes que se dediquem aos processos que são prioridade para o CNJ. O Desembargador-Presidente questiona em que patamar o TJAM se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

encontra comparando ao ano passado e a Diretora de Planejamento esclarece que estamos um pouco abaixo. Na mesma reunião com os magistrados, muitos deles reclamaram que estão com poucos servidores. O Secretário de Administração, então, esclarece que existem Varas que possuem mais funcionários que outras e que não estão produzindo, solicitando autorização do Desembargador-Presidente para que a Gestão de Pessoas faça esse levantamento nas Varas. A Diretora de Gestão Estratégica sugere que seja feita, primeiramente, uma notificação por e-mail aos magistrados, quanto aos índices de produtividade do 1º trimestre de corrente ano. O Desembargador Ari Moutinho não acolhe a sugestão e ordena que a publicação seja imediata e no site do TJAM, para que os magistrados sejam chamados à responsabilidade.

A servidora Nabiha Monassa esclarece que o Projeto de Eficiência Operacional aumenta em 60% a produtividade da Vara, sugerindo que o projeto seja retomado no Fórum Ministro Henoch Reis e nos Juizados Especiais. Entretanto, mesmo aprovado em Resolução, não há orçamento para sua implantação.

Desembargador-Presidente ressalta a necessidade de conscientização dos servidores que fazem parte de comissão, quanto ao horário de expediente, pois estes colaboradores devem ter horário diferenciado. Ressalta, ainda, que se os funcionários se dedicassem dentro do expediente forense, não haveria necessidade de implantação do projeto. A Diretora de Planejamento esclarece que o projeto tem critérios bem definidos, como meta estabelecida e sua rigorosa verificação, bem como registro de ponto. Alerta, ainda, a existência de aproximadamente 450 pessoas nomeadas em comissão, mas que mais de 90% delas não estão voltadas à atividade fim no fórum. O Desembargador Ari Moutinho deseja extinguir todas as comissões, pois este número está elevadíssimo. Nabiha Monassa afirma que existem algumas sugestões para apresentar, quais sejam: a primeira é de que os Diretores, Secretários e Coordenadores fiquem sem ônus nas comissões, porém não se teria o valor necessário para os mutirões; a segunda é reduzir o valor da comissão de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para R\$ 1.000,00 (mil reais), pois com a diferença daria para arcar com os custos dos mutirões. Genésio Neto ressalta que o valor da comissão de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) também seria reduzido para R\$ 2.000,00 (dois mil reais). A Diretora de Planejamento e Gestão Estratégica informa que a terceira sugestão é a exclusão de todas as comissões, por um



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

período extraordinário de 06 (seis) meses, restando somente os mutirões. O Desembargador-Presidente é favorável à exclusão das comissões. O Corregedor-Geral sugere que seja feito um levantamento de quem realmente produz e é atuante em sua comissão, para que não sejam injustos com estas pessoas. A servidora Nabiha afirma ao Desembargador-Presidente que ficará responsável por verificar se os colaboradores cumprirão as metas, pois, em caso negativo, não receberão o valor da comissão, em relação aos mutirões. O Secretário-Geral de Administração, então, sugere ao Desembargador Ari Moutinho reduzir o valor para R\$ 1.000,00 (mil reais) e R\$ 2.000,00 (dois mil reais), realizando um levantamento dentre as comissões existentes para saber se são eficazes, e se estas perderem o foco serão revogadas paulatinamente. O Presidente da Corte questiona se a ideia de redução para R\$ 1.000,00 (mil reais) e um exame criterioso das comissões seria pertinente. A Diretora de Planejamento afirma ser a melhor opção. Isto posto, o **Desembargador-Presidente aprova a sugestão dada pelo Secretário-Geral, qual seja a redução da comissão de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para R\$ 1.000,00 (mil reais) e a de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) para R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com a necessidade de levantamento da produção da Vara.** O Secretário de Administração ressalta que esta é a opção mais razoável, pois excluir todas as comissões desestimularia os servidores atuantes. O Desembargador Ari Moutinho afirma que as comissões desnecessárias serão extintas. Os servidores Nabiha Monassa e Thiago Facundo explicam que o mutirão é condicionado ao cumprimento de meta e o não cumprimento acarreta o não recebimento da remuneração. Thiago Facundo elucida que a meta é da Vara e não individual, ou seja, só recebe se a Vara alcançar a meta. O Presidente deste Tribunal de Justiça questiona sobre o modo como é feito esse controle. A Diretora de Planejamento explica que é encaminhado um relatório mensal. O servidor Thiago elucida que o pagamento é retroativo, referindo-se sempre ao mês anterior.

Ultrapassado o assunto, Nabiha Monassa inicia a apresentação dos Planos de Ação do Juizado da Infância e Juventude Cível, patrocinados pela Excelentíssima Senhora Doutora Rebeca Mendonça de Lima passando a palavra a esta. A Juíza começa explicando o objeto do **Plano de Ação "Dia Nacional da Adoção"**, com produção da cartilha "Adotar É Legal", informando de maneira didática e com linguagem mais fácil quais são os critérios para adoção, pois há uma grande procura na Vara acerca desse tema, tendo como data de lançamento do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

material o dia 25 de maio (Dia Nacional da Adoção) de 2013. A servidora do Juizado, Heloísa Guimarães de Andrade, ressalta a necessidade de um carro para atender a demanda deste Juízo. Dra. Rebeca Mendonça afirma que o carro disponibilizado para o Juizado da Infância e da Juventude é velho e está constantemente apresentando defeitos. O Desembargador Ari Moutinho alega que chegaram veículos novos, mas que estão pendentes de seguro e orienta o Secretário-Geral a verificar essa situação e disponibilizar um carro para os trabalhos do Juizado. O **Desembargador-Presidente aprova o referido plano**. Nabiha Monassa apresenta o **Plano de Ação "Acolhendo Vidas"**, ressaltando que os custos prevêm um automóvel e aparelhos eletrônicos. A servidora Heloísa explica a necessidade de um carro destinado exclusivamente a esse plano. A Diretora de Gestão Estratégica sugere a aprovação desde que haja disponibilização orçamentária para aquisição do veículo. **Desembargador Ari Moutinho aprova o referido plano desde que haja recursos financeiros para a compra do automóvel**. Nabiha Monassa, então, apresenta o **Plano de Ação "Formação Continuada de Pretendentes à Adoção de Crianças e Adolescentes"**, que necessita de um convênio de cooperação técnica com o GAPAM, tendo iniciado na gestão anterior, mas informa que houve um entrave em uma cláusula na qual o GAPAM anseia por autonomia na hora de iniciar as atividades e o TJAM deseja ser comunicado antes de qualquer atividade, e realiza a leitura da referida cláusula. Desta forma, sugere que o plano seja aprovado desde que haja possibilidade para o termo de cooperação. **Desembargador-Presidente aprova o mencionado plano desde que haja viabilização do Convênio**. O Diretor de Orçamento e Finanças, Eduardo Martins, elucida que foram adquiridos 05 (cinco) automóveis e que ocorreram problemas na contratação as seguradora, pois a vencedora da licitação não apresentou a documentação, sendo contratada a 2ª colocada no certame. O Desembargador Ari Moutinho alerta que os carros devem ser disponibilizados conforme a real necessidade dos setores. Finalizando, o Presidente desta Egrégia Corte agradece o comparecimento e colaboração de todos, tece elogios à Unidade de Planejamento, parabenizando-a por seu trabalho e declara encerrada a presente Reunião de Análise Estratégica.

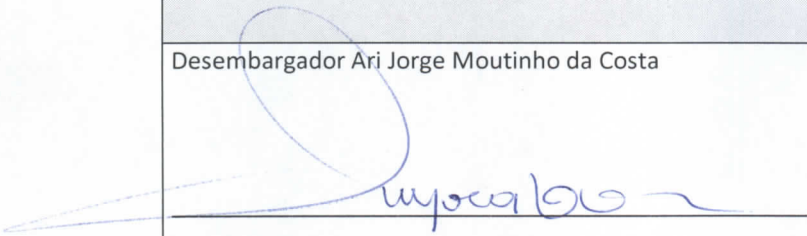


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

PRÓXIMA REUNIÃO

Tópicos a serem abordados	Data
1) Projeto de Digitalização. Patrocinador: Desembargador Yêdo Simões de Oliveira. Gestor: Dione Carvalho. Objetivo: Aumentar em 25% o número de pessoas diretamente beneficiadas pelas iniciativas sócio-ambientais até 2014;	16/04/2013
2) Plano de Ação "Digitalização Planejada". Patrocinador: Desembargador Yêdo Simões de Oliveira. Gestores: Dione Carvalho e Monike Saldanha Antony. Objetivo: Digitalizar 100% do acervo de 79.000 processos materiais existentes nas Varas do Fórum Henoch Reis;	
3) Planos de Ação do Escritório da Qualidade: Patrocinador, gestor e objetivos serão apresentados na RAE para aprovação.	

APROVAÇÃO

Nomes	Cargo	Data
Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa 	Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	15/04/2013



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

ATA DE REUNIÃO - 2ª REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA - RAE

Data:	16/04/2013	Início:	11h45	Término:	13h05
Local:	Sala de Reunião da Presidência			Redator:	Camila Melo

Participantes
01. Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa – Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
02. Desembargador Yêdo Simões de Oliveira – Corregedor-Geral de Justiça
03. Camila Morato de Melo – DVPGE
04. Cristiany Fragoso Bandeira – Recursos Humanos
05. Dione Carvalho – Protocolo de 1º Grau
06. Eduardo Martins de Souza – Divisão de Orçamento
07. Elciney de Almeida Vasques – DVPGE
08. Genésio Vitalino da Silva Neto – Secretário-Geral de Administração
09. Gisele dos Santos Costa – DVPGE
10. Heliane Quara da Silva – Recursos Humanos
11. Monike Saldanha Antony – Escritório da Qualidade
12. Nabiha Monassa Abinader da Rocha – DVPGE
13. Renata de Paula e Silva – Escritório da Qualidade
14. Thiago Facundo de Magalhães Franco – Tecnologia da Informação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

15. Willen Gomes de Sales – DVPGE
16. Wiulla Inácia Garcia – EASTJAM

PAUTA

Nº	Descrição
01.	Projeto de Digitalização. Patrocinador: Desembargador Yêdo Simões de Oliveira. Gestor: Dione Carvalho. Objetivo: Aumentar em 25% o número de pessoas diretamente beneficiadas pelas iniciativas sócio-ambientais até 2014.
02.	Plano de Ação “Digitalização Planejada”. Patrocinador: Desembargador Yêdo Simões de Oliveira. Gestores: Dione Carvalho e Monike Saldanha Antony. Objetivo: Digitalizar 100% do acervo de 79.000 processos materiais existentes nas Varas do Fórum Henocho Reis.
03.	Planos de Ação “Qualidade de Atendimento”: Patrocinador, gestor e objetivos serão apresentados na RAE para aprovação.

RELATO DA REUNIÃO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa declara aberta a II Reunião de Análise Estratégica – RAE, convocada extraordinariamente. Com a palavra, a Diretora da Divisão de Planejamento e Gestão Estratégica, Nabiha Monassa Abinader da Rocha, apresenta o Projeto da Digitalização, cujo patrocinador é o Excelentíssimo Senhor Desembargador Yêdo Simões de Oliveira, Corregedor-Geral de Justiça, e a gestora a Diretora do Protocolo de 1º Grau, Dione Carvalho. Explica que se trata de contratação de egressos do sistema prisional e de surdos-mudos para executar a digitalização dos processos físicos, mas elucida que na I RAE, realizada em dezembro de 2012, o Projeto foi alterado de forma a retirar os egressos. Nesse diapasão, a Diretora do Protocolo, exemplifica as mudanças realizadas na mencionada iniciativa estratégica.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

A Diretora de Planejamento esclarece que existem dois projetos envolvendo a digitalização: um, refere-se à digitalização de todo o acervo deste Tribunal de Justiça, com estagiários e servidores, geridos pela Coordenadora do Escritório da Qualidade, Monike Saldanha Antony; o outro, refere-se ao objetivo da Responsabilidade Social, gerido pelo Protocolo de 1º Grau, consistindo na contratação de 6 (seis) surdos-mudos, por meio da Associação dos Deficientes Físicos do Amazonas – ADEFA, na forma de prestação de serviços terceirizados.

O Presidente desta Corte alega que não haverá mais contratação de servidores temporários. Nesse passo, a Diretora do Protocolo informa que o CNJ determina que todos os Tribunais tenham funcionários especiais em seus quadros e esclarece que o TJAM tem 16 (dezesseis) servidores com necessidade. O Diretor de Orçamento e Finanças, Eduardo Martins de Souza, sugere que os deficientes sejam contratados como estagiários. O Secretário-Geral de Administração, Genésio Vitalino da Silva Neto, afirma ser essa opção a ideal, pois abre-se edital com a previsão das cotas para essas pessoas com necessidades especiais. O Desembargador Ari Moutinho questiona o Corregedor-Geral se há possibilidade de que os membros da comissão que digitaliza os processos em 2º grau possam dar suporte à virtualização do 1º grau. O Desembargador Yêdo Simões esclarece que quem está fazendo a digitalização do 2º grau são os servidores da própria 2ª estância, ou seja, os servidores lotados no Edifício Arnaldo Péres (sede), e alega que é inviável o deslocamento dos mesmos ao Fórum Ministro Henoch Reis. Nabiha Monassa elucida que o formato do projeto apresentado na reunião é como está sendo realizado, ou seja, com 30 (trinta) estagiários, e não se pede contratação de mais servidores, nem deslocamento dos já pertencentes ao quadro, sendo somente necessária a aprovação e oficialização. O Desembargador-Presidente indaga a Secretária da EASTJAM, Wiulla Inácia Garcia, quanto à possibilidade de contratação desses surdos-mudos como estagiários. A Secretária alega ser possível essa contratação de estagiários surdos-mudos, de ensino superior em qualquer área de formação. **O Desembargador Ari Moutinho aprova o Projeto de Digitalização, desde que a contratação dos surdos-mudos se dê por estágio de nível superior em qualquer área de formação, exceto Direito.**

Prosseguindo, a Coordenadora do Escritório da Qualidade afirma que a dificuldade e demora na digitalização dos processos na Capital decorre da forma que a virtualização em si tem sido feita, ocorrendo a renomeação de página por página, enquanto no Interior não há



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

este processo, por isso nas outras Comarcas tem sido mais eficaz, e afirma que pretende aplicar esse modo na Capital. Aborda, ainda, a questão da padronização nas Rotinas Cartorárias. O Desembargador-Corregedor almeja que o TJAM esteja 100% virtualizado até dezembro de 2013. Questiona, ainda, o servidor da Divisão de Tecnologia da Informação, Thiago Facundo de M. Franco, se há possibilidade de fazer o mesmo processo de digitalização do Interior na Capital, sem a necessidade de renomeação de páginas. O servidor afirma que sim, mas que em 2º grau haveria rejeição ao método pelos Desembargadores.

A Diretora de Planejamento retoma às votações, e passa a apresentar o Plano de Ação "Digitalização Planejada", consistindo na digitalização de todo o acervo desta Corte, informando que já está sendo realizado com 30 (trinta) estagiários, com previsão de 60% em 2013 e 40% em 2014. O Desembargador Yêdo Simões deseja a alteração para 100% em neste exercício. Monike Antony alega que se ocorrer a mudança no método é possível a conclusão ainda em 2013. O Diretor de Orçamento elucida que só temos 7 (sete) meses para a meta ser cumprida. Nabiha Monassa explica que o risco é alto. Thiago Facundo sugere que, internamente a meta seja de 100%, mas externamente seja outra a ser estipulada. O Secretário de Administração sugere que a meta seja de 80% em 2013 e 20% em 2014 e, internamente, 100%. A Secretária da EASTJAM ressalta que será necessária a contratação de mais estagiários para esse plano. O Secretário-Geral aprova a sugestão, pois é mais barato e sugerindo, ainda, que primeiramente, esses estagiários façam a digitalização por determinado período e depois sejam remanejados para outras Varas. Eduardo Martins sugere o aumento da carga horária dos estagiários em 1 hora, ou seja, de 8h às 15h. O Desembargador-Presidente não é favorável à sugestão. Assim, é **aprovado o Plano de Ação "Digitalização Planejada" e a consequente contratação de estagiários.**

O Presidente deste Tribunal questiona a Coordenadora do Escritório da Qualidade e a Diretora de Recursos Humanos sobre as atividades realizadas em seus setores. Monike Antony atualiza acerca dos projetos da Qualidade e informa que o TJAM foi convidado a sediar a XII Mostra Nacional de Trabalho da Qualidade, e ainda, que o CNJ realizará em novembro o Encontro de Presidentes e Corregedores em algum estado da região norte e gostaria que Manaus fosse o local de ambos os eventos. O Secretário-Geral elucida que já mandou fazer o levantamento dos custos para a concretização desses eventos. Em seguida, Cristiany F.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

Bandeira começa a explanar sobre as atividades realizadas em seu setor. O Desembargador Ari Moutinho indaga a Diretora de Recursos Humanos sobre algumas lotações e licenças concedidas aos servidores. O Presidente informa que, na semana de 20 a 24 de maio do corrente ano, o CNJ estará inspecionando este Tribunal de Justiça e ordena que os setores se preparem para a inspeção. Alega, ainda, referentemente ao cumprimento de metas, caso os servidores ou as Varas não cumpram as metas estipuladas extinguirá todas as comissões.

Retomando, Nabiha Monassa apresenta o Plano de Ação "Qualidade de Atendimento", informando quem é o patrocinador e o gestor. A Coordenadora do Escritório da Qualidade explana sobre o objetivo, público-alvo, custos e divulgação desta iniciativa estratégica. A Diretora de Planejamento sugere alteração na meta estabelecida (20% em 2013 e 80% em 2014) para a realização das atividades. O Secretário-Geral sugere que seja 50% no corrente ano e 50% no exercício vindouro. Nabiha Monassa elucida os parâmetros previstos para esses índices. **O Desembargador-Presidente aprova o plano, com alteração da meta para 50% em 2013 e 50% em 2014.**

Finalizando, a Diretora de Planejamento e Gestão Estratégica afirma que os projetos serão encaminhados para aprovação por meio de resolução por iniciativa do Presidente, e informa que as atividades já estão sendo executadas e continuarão em andamento. Nada mais, foi encerrada a II Reunião de Análise Estratégica – RAE, com esta Ata devidamente assinada e aprovada pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

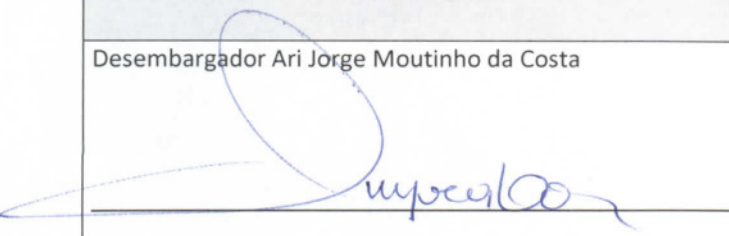
PRÓXIMA REUNIÃO

Tópicos a serem abordados	Data
1) Plano de Ação "Reestruturação do PETIC". Patrocinador: Desembargador Yêdo Simões de Oliveira. Gestor: Messias Augusto Lima Belchior de Andrade.	Julho/2013



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

APROVAÇÃO

Nomes	Cargo	Data
Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa 	Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	16/04/2013